

GLOBALIZAÇÃO:

um modelo de desenvolvimento a serviço da
emancipação e da soberania?

Cândida Costa¹

RESUMO

Análise das principais características do processo de globalização da economia e suas repercussões no plano cultural e político, com ênfase para a soberania do Estado e dos cidadãos. Destaca as especificidades da inserção subordinada do Brasil na globalização e a necessidade de construção de alternativas. Conclui que a globalização é um processo de escolha, que se delinea e define no plano da política.

Palavras-chave: Globalização. Estado - nação. Movimentos anti - globalização.

1 INTRODUÇÃO

Na bibliografia sobre desenvolvimento, encontra-se uma predominância da dimensão econômica do desenvolvimento, em detrimento das dimensões política e social. De certa forma, pode-se dizer que essa bibliografia está analisando modelos de desenvolvimento nos quais tem sido dominante a lógica do desenvolvimento econômico, quando não do crescimento econômico. Pretende-se analisar, neste trabalho, como o processo de globalização da economia se insere nessa lógica.

Um breve passeio pela literatura que analisa o processo de globalização tem evidenciado como a internacionalização da economia tem obrigado ou levado os países a acentuarem a dimensão econômica em detrimento das dimensões social e política, ao definirem suas políticas de atuação.

¹ Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA. Relatora nacional para os Direitos Humanos do Trabalho / Plataforma DHES.

Ao analisar a relação entre globalização e desenvolvimento, pretende-se dar destaque às relações entre economia e política (aqui entendida em sua dimensão ampla, que diz respeito às relações entre Estado e sociedade).

Trata-se de um esforço para não cair nas armadilhas de uma lógica prisioneira da dimensão econômica na concepção e análise de modelos de desenvolvimento, haja vista que o diálogo que se pretende será feito com uma literatura evitada de tal lógica. Considera-se assim, que os eixos do desenvolvimento sustentável e a incorporação de indicadores de desenvolvimento humano podem ser tomados como ideias a serem incluídas na leitura e crítica das teorias e modelos de desenvolvimento que emergem no processo de globalização da economia.

2 PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO

2.1 O conceito de desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento surge no contexto das sociedades capitalistas, como forma de acelerar o crescimento da economia, e no das socialistas / comunistas, como forma de superar o “atraso” no qual essas sociedades se encontravam frente à economia capitalista. O agente de desenvolvimento é o Estado.

Dulci (2001) afirma que a inflexão na relação entre Estado e desenvolvimento nasce com a marca da homogeneização, característica do século XIX, percorrendo um caminho que vai da ideia de desenvolvimento igual para desigual. Nesse percurso, a inclusão da ideia de atraso, como variável explicativa do processo, produz uma alteração importante no plano político: a valorização das forças político - institucionais. O capitalismo tardio traz uma relação entre economia e Estado que não existia no capitalismo originário.

A materialização da intervenção do Estado com vistas à promoção do desenvolvimento ocorre nas economias socialistas, em 1922, com a GOSPLAN e, em 1929, como o Planejamento Global; nas economias capitalistas desenvolvidas, em 1933, nos EUA, com o New Deal; em 1947, através do Plano Marshall, com a busca da reconstrução da Europa. No continente europeu, instaura-se o estado de bem-estar ou *welfare state* keynesiano. Na América Latina, o pensamento cepalino impulsiona a criação dos estados desenvolvimentistas.

Tais investimentos no desenvolvimento estão diretamente relacionados às guerras, à descolonização e à guerra fria entre URSS e Estados Unidos.

Prats (2001) mostra que a ideia de desenvolvimento foi uma das chaves para a reconstrução da ordem internacional, entendida como progressão natural até um estado final — o dos países desenvolvidos. Desenvolvimento era identificado com progresso e modernidade, abrigando-se nesta a combinação de liberalismo, capitalismo, industrialismo e cultura baseada na ciência e no Estado - nação. Encontra-se, como matriz intelectual da ideia de desenvolvimento, o racionalismo construtivista: “uma fé cega no conhecimento científico e técnico como racionalidade suprema, livre de restrições éticas e morais, desconhecendo e menosprezando a tradição, a diversidade cultural e as emoções.” (PRATS, 2001, p. 2, tradução nossa).

Dessa compreensão da sociedade como “máquina organizada”, deriva a ideia de que seu comportamento podia ser previsto e calculado mediante o desenho, a planificação, a organização e a gestão científica, sendo tais técnicas concebidas como racionais e universais.

Touraine (1976, p. 22) refuta a ideia de desenvolvimento como “etapas de crescimento econômico” e analisa como a ruptura do evolucionismo progressista faz aparecer o tema da multiplicidade dos modos de desenvolvimento. O autor destaca como a ideia de modernização é um componente importante da ideologia dos dominantes, pois faz com que todas as resistências à mudança apareçam como contrárias à modernidade: as relações sociais, a natureza e a exploração não são sequer evocadas. Traduz-se no discurso da planificação, como concepção estratégica: não se fala mais em natureza das sociedades, em princípios ou em conflitos fundamentais. No entanto, deve ser ressaltado que a política comanda a economia e que o modo de desenvolvimento é resultado das relações políticas.

Uma outra característica do desenvolvimento foi sua filiação utilitarista (leitura utilitarista do estado/economia de bem-estar), que levou à adoção de índices de crescimento e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* como indicadores e componentes do desenvolvimento, gerando como implicações:

- a) desenvolvimento como maximização da produção de bens, como crescimento cuja medida per capita se elevava a indicador quase único, sendo tomado o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* como redutor de pobreza e de elevação do nível geral de bem-estar da população;
- b) crescimento econômico que deixou de ser um meio para ser um fim;

c) ideias de justiça social que se limitavam à exigência de uma melhor distribuição dos bens ou frutos do crescimento.

À luz de tais ideias, os países do chamado Terceiro Mundo passam a considerar a industrialização como a forma de superar o “atraso” em relação aos países desenvolvidos, sendo que a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) funciona como centro irradiador de uma nova ideia de desenvolvimento, ao incorporar a variável subdesenvolvimento. Entendendo que o subdesenvolvimento² não é uma etapa de desenvolvimento, mas um processo evolutivo específico de estruturas produtivas e sociais heterogêneas, aponta o modelo de substituição de importações como uma variável importante no processo de industrialização (BIELCHOWSKY, 1998). Entretanto, se o pensamento cepalino foi capaz de produzir um diagnóstico de vários problemas comuns, como a vulnerabilidade externa financeira, o perigo do endividamento externo, as realidades dos países latino-americanos são diferentes e nem sempre se reconhecem na leitura feita pela CEPAL, definindo arranjos institucionais de acordo com seus interesses próprios (veja-se a adesão do México ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte — NAFTA e não ao Mercado Comum do Cone Sul — MERCOSUL). Além disso, a CEPAL não influencia decisivamente nas políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do MERCOSUL.

Essa dinâmica histórica é apreendida e analisada por Hobsbawm (1995, p. 198): “o capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo e ofereceram, até 1917, o único modelo para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás na história.” Mesmo recusando o senso de superioridade etnocêntrico, o autor constata que a dinâmica da maior parte do mundo é derivada e não original, no século XX, pela “imitação do modelo no qual o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o desenvolvimento tecnocientífico, numa variante capitalista ou socialista.”

Tanto a análise histórica empreendida por Hobsbawm (1995) quanto a da escola de regulação (LIPIETZ, 1988), diferenciando e enfocando vários modos de

² Essa noção de subdesenvolvimento é uma das ideias - força do pensamento de Celso Furtado, para quem desenvolvimento e subdesenvolvimento são dimensões de um mesmo processo histórico, sendo a ideia de dependência um ingrediente político desse processo. (CL Furtado, Celso. O capitalismo global, p. 61).

desenvolvimento demonstram a impossibilidade de aplicação da ideia de que existe um caminho igual a ser percorrido por todos, na busca de desenvolvimento.

Para Prats (2001, p. 4), “a nova institucionalidade (pós-guerra) deveria assegurar estabilidade política, crescimento econômico e justiça social.” Nesse sentido, o desenvolvimento dependeria fundamentalmente de um esforço endógeno acompanhado de relações externas favoráveis para os quais a contribuição da cooperação internacional pode ser grande. No entanto,

não se tratou de estimular as grandes transformações estruturais necessárias para o crescimento da produtividade nos países do 3º Mundo, mas sua integração nos mercados globais utilizando suas vantagens comparativas na exportação de matérias-primas. (PRATS, 2001, p. 7)

Entretanto, apenas nos anos 80, será introduzida uma nova visão sobre o desenvolvimento, incorporando a ideia de desenvolvimento humano e de desenvolvimento sustentável, que se configuram como críticas ao modelo clássico de desenvolvimento.

2.1.1 O conceito de desenvolvimento humano

O conceito de desenvolvimento humano abandona os supostos utilitaristas para ser visto como um processo de expansão da capacidade das pessoas. Sem abandonar a esfera do mercado como espaço de trocas e transações, Sen (2000, p. 47 e 71) considera que a superação de problemas que causam privação, destituição e opressão é uma parte central do processo de desenvolvimento, sendo que a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Nesse sentido, as liberdades incluem oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Na base dessa formulação, estão a recusa a visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento de PNB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, e a valorização da democracia como um componente essencial do processo de desenvolvimento.

Essa noção de desenvolvimento recuperou a condição dos indivíduos como agentes de mudança e gerou a alteração da metodologia da ONU para análise do nível de desenvolvimento humano dos países, agregando IDH à renda e desenvolvimento econômico.

2.1.2 O conceito de desenvolvimento sustentável

Surge nos anos 70, tendo como marco a Conferência de Estocolmo, em 1974, a partir de uma preocupação com a biodiversidade, de uma incorporação das dimensões do desenvolvimento humano, sendo ampliado em 1992, a partir da ECO 92, como uma iniciativa das organizações não governamentais. Dessa nova noção, resulta a Agenda 21, centrada na prudência ecológica, no desenvolvimento econômico e na justiça social. Esse modelo está sendo proposto pelo Banco Mundial para a América Latina.

A Comissão Brundtland (apud GUIMARÃES, 2001, p. 55) define o desenvolvimento sustentável como um novo estilo de desenvolvimento que

[...] tem por norte uma nova ética de desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Essa modalidade de desenvolvimento tem sido objeto de variadas interpretações, como bem destaca Guimarães (2001). Neste trabalho, toma-se como referência a noção de desenvolvimento sustentável que tem como ponto de partida os seguintes imperativos éticos:

- a) solidariedade sincrônica com a geração atual;
- b) solidariedade diacrônica com a geração futura;
- c) respeito à inviolabilidade da natureza, conforme definido por Sachs (2000).

Entende-se, assim, que a sustentabilidade tem diversas dimensões: social, cultural, política, econômica, ambiental, articulada em torno do desenvolvimento local, exigindo planejamento local e participativo, com o objetivo de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O desafio para os atores envolvidos é garantir um processo transparente, informativo e participativo para o debate e tomada de decisões a favor da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2001).

Experiências bem sucedidas derivam, quase sempre, de um ambiente político e social favorável.

Em síntese, as tendências dos projetos de Desenvolvimento Sustentável que atingem êxito apontam no sentido da construção de um processo endógeno de desenvolvimento local, garantindo-se a participação dos atores locais na definição de suas prioridades e na execução dos planos de desenvolvimento. É, portanto, um processo que exige abordagem negociada e contratual, podendo constituir novos pilares para a democracia.

Como objetivo, aparece o estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais (SACHS, 2000, p. 53). Nesse sentido, é incompatível com o jogo sem restrições das forças de mercado. Afirma-se, assim, uma noção de desenvolvimento como a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio-ambiente (SACHS, 2000, p. 60).

Buarque (1999, p. 31), entretanto, vê a possibilidade de articulação entre o global e o local, ao considerar que “a globalização associa centralização econômica com descentralização produtiva, integrando o sistema em redes produtivas e alianças estratégicas”, de forma que “as vantagens competitivas são criadas e construídas com investimentos e aproveitamento das potencialidades e das diversidades de cada local.” Por essa visão, os atores sociais deveriam pensar o desenvolvimento local como forma de aumentar suas vantagens competitivas. Obviamente, essa visão se choca com a visão de Sachs e de Guimarães e com a dinâmica da globalização, conforme se verá no próximo item.

É justamente a partir dos questionamentos dos efeitos da globalização que Guimarães (2001) considera necessário discutir o tipo de inserção conveniente para o Brasil, chamando atenção para a crítica sobre o funcionamento do mercado, a responsabilidade do Estado e a importância da mediação da política. Afinal, “o que determina desenvolvimento é o uso feito por uma coletividade de sua riqueza e não a riqueza em si mesma.” (GUIMARÃES, 2001, p. 65).

3 O MOVIMENTO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A partir dos anos 70, novos elementos passam a marcar o cenário internacional, com destaque para as relações comerciais, as inovações tecnológicas

e o papel do Estado. O que estava subjacente às mudanças do que se convencionou nomear como globalização da economia, era o engendramento de um novo processo societário, fundado no questionamento ao socialismo, ao Estado de Bem-estar Social e na tentativa de entronizar o capitalismo como a única alternativa possível. A globalização da economia envolve as seguintes mudanças:

- a) a eliminação de barreiras comerciais entre os países, ou seja, internacionalização dos mercados;
- b) a redefinição das prioridades de investimento, com uma brutal transferência de capitais da esfera produtiva para a esfera financeira;
- c) a organização de blocos econômicos regionais;
- d) a adoção de novas formas de produção e gestão da força de trabalho;
- e) a redefinição do papel do Estado, com vistas à redução do seu papel na esfera da economia.

Na visão predominante, que considera a globalização como irreversível, os processos a ela associados devem ser a normativa para o padrão das relações entre mercado e sociedade, entre capital e trabalho, entre Estados.

Jameson (2000, p. 17-28), questionando as interpretações sobre a globalização que a tem colocado como irreversível, apresenta uma densa e original abordagem sobre o fenômeno da globalização, centrando-a em cinco eixos:

- a) tecnológico, que demonstra a não existência de um determinismo dessa ordem, embora a revolução da informática altere as formas de produção e organização industriais bem como a comercialização de produtos;
- b) político, no qual perde espaço a autonomia do Estado - nação, há o questionamento dessa importância, face ao crescimento do poderio econômico e militar dos EUA, limites à imigração e ao fluxo livre da força de trabalho e à propagação do mercado livre por todo o globo;
- c) cultural, já que a estandarização da cultura mundial anda de braços dados com a globalização, chocando-se com os modos de vida étnico-nacionais;
- d) econômico, no qual aparece o controle das novas tecnologias, reforço dos interesses geopolíticos, dissolução do econômico no cultural e vice-versa, a atuação das corporações transnacionais com sua capacidade de devastar os mercados de trabalho nacionais ao transferir suas operações para locais mais baratos, em outros países e continentes; e enorme expansão dos mercados e a especulação destrutiva das moedas estrangeiras;

e) social, no qual a disseminação da cultura de consumo, “que ameaça destruir formas alternativas de comportamento rotineiro em outras culturas”, passa a se incorporar no tecido social.

Chesnais (1998, p. 25-26) define esse movimento como um

[...] novo regime de acumulação mundializado, sob a dominância financeira, fruto do liberalismo e da desregulamentação. Este regime se caracteriza por um capital que não é o capital industrial, mas ‘capital portador. de juros’, subordina-se à dominação do capital financeiro e gera taxas de crescimento baixas.

Considerando o formato da globalização, coloca-se em questão a capacidade do mercado livre, a possibilidade de destruição de economias e culturas inteiras e a importância dos Estados - nações na definição de suas políticas econômicas e sociais.

Thurow (1997, p.15), analisando a internacionalização da economia, destaca que as novas forças econômicas em curso (o fim do comunismo, mudanças tecnológicas, aumento demográfico, economia globalizada e era multipolar) podem destruir o capitalismo como ideologia, fazendo desaparecer suas “verdades eternas”.

Castells (2000) traz à tona a emergência do quarto mundo e sua relação com o capitalismo informacional, explorando as novas faces do sofrimento humano: a desumanização da África, o novo dilema norte-americano (exclusão social e pobreza) e a exploração sexual das crianças e adolescentes, atingindo especialmente a África subsaariana e áreas empobrecidas da América Latina e Ásia. Tal situação aparece, ainda, como parte de uma nova geografia da exclusão social em países desenvolvidos, a exemplo dos guetos norte- americanos. Dessa forma a globalização produz novas clivagens e aprofunda as antigas num processo desenfreado que leva à sua caracterização como uma panacéia, cujo sentido pode ser transformado. Essa transformação se daria com a recuperação da dimensão planetária de nossa realidade, na qual se articulam dialeticamente os planos local e global.

4 O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E AS IMPLICAÇÕES PARA A SOBERANIA: Estados nacionais, cidadãos e organizações internacionais em xeque

A ideia de desenvolvimento ligada à atuação do agente estatal supunha a existência de indutores e coordenadores de processos de desenvolvimento. Esse papel foi assumido pelos Estados de Bem-estar Social, nos moldes keynesianos, na Europa, EUA e pelos Estados desenvolvimentistas, em países latino-americanos e asiáticos.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, cabe assinalar que a relação entre Estado e economia é tensa, porque a relação entre Estados é tensa. Tal tensão é agravada pela democracia, pois o debate faz emergir os elementos presentes na relação (PRZEWORSKI, 1989).

Essa tensão leva a enfatizar o papel do Estado no desenvolvimento político, tendo presente a dificuldade atual de definir esse papel. Para Offe (1984) a coexistência entre democracia e capitalismo nas sociedades desenvolvidas foi possível pela existência do Estado de Bem-estar Social e pelos partidos de massa. Assim, pode-se afirmar que o Estado de Bem-estar foi produto de um consenso pós-guerra entre o ideário democrático e a economia de mercado.

Se esta afirmativa é verdadeira para o chamado Primeiro Mundo, Hobsbawm (1995, p. 399) demonstra que não havia ligação intrínseca entre livre mercado e democracia política (ex: Chile/Brasil: ditadura e crescimento econômico).

No percurso traçado por Tilly (1996, p. 275), percebe-se como a ideia de “desenvolvimento político” sintetizava a concepção de um caminho padrão ao longo do qual os Estados se movem rumo a uma plena participação e eficiência. Entretanto, as hipóteses de que haveria uma transição de uma “sociedade tradicional” para uma “sociedade moderna” eram inadequadas.

Na América Latina, tem-se o melhor exemplo de que capitalismo e crescimento econômico prescindem da democracia. Assim, a história dos responsáveis pela transformação no Terceiro Mundo é a história das minorias da elite, com a quase total ausência de políticas democráticas (HOBBSAWM, 1995, p.195).

Quanto ao desenvolvimento social, foi um determinado tipo de contexto histórico que propiciou a luta e a conquista de direitos sociais. Expressando-se

através de diferentes movimentos sociais, a sociedade acrescentou à idéia de desenvolvimento a dimensão social, via políticas públicas. Essa dimensão foi mais ampla na Europa, dada a experiência de luta dos trabalhadores, e mais restrita nos EUA.

Pode-se afirmar, então, que os Estados de Bem-estar conseguiram relativo êxito no desenvolvimento social de suas populações assim como alguns Estados desenvolvimentistas, a exemplo do Japão. Outra foi a situação nos países latino-americanos, que não conseguiram construir modelos semelhantes, de vez que estavam mergulhados em ditaduras políticas e adotavam modelos que priorizavam o crescimento econômico.

Ainda que seu papel no processo de desenvolvimento continue sendo demandado, as atribuições do Estado estão sendo sistematicamente atacadas pelos conservadores, na perspectiva de sua redução.

As novas dimensões da política, incluindo o componente supranacional, limitam a participação dos cidadãos no processo decisório frente a Comitês supranacionais.

Esses atores estão em xeque: as organizações internacionais, pela incapacidade de efetivamente coordenarem relações mais igualitárias entre os países, dada a limitação de sua atuação e a dinâmica assumida pela globalização da economia, que tem aumentado o poder das empresas frente aos Estados; os Estados nacionais diante da limitação de seu poder de articulação e de definição de políticas, frente à financeirização da economia e à mobilidade do capital.

Além disso, embora o capital tenha se globalizado, ainda não houve uma globalização comparável do movimento dos trabalhadores. Ao contrário, a extrema flexibilidade do capital tem sido acompanhada da rigidez do trabalho, resultado inclusive das restrições impostas à mobilidade do trabalho no mundo.

Analisando o papel desempenhado pelo Estado nos anos 80 e 90, no interior do processo de globalização da economia, Castelis (2000, p. 287) afirma que

[...] o controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação [...] a tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais a sua soberania.

A própria legitimidade do Estado passa a ser colocada em xeque.

Não seria demais incluir aqui a recente crise da Argentina e de alguns países africanos. Tendo seguido à risca as orientações do Fundo Monetário Internacional, levaram suas economias ao colapso. Vê-se, assim, que a integração é “global”, mas os custos são individuais.

Entretanto, cabe notar que as diferentes inserções dos países na busca do desenvolvimento não prescindiu da ação do Estado. O tão decantado modelo japonês, por exemplo, foi possível devido a uma coordenação centralizada e a uma definição de setores estratégicos de investimento pelo governo.

Por fim, cabe assinalar que os blocos regionais passam a se constituir como novos modelos de desenvolvimento, ainda que a geopolítica não favoreça a todos. Tem-se, desse modo, assim, a consolidação da União Européia e as dificuldades de articulação do MERCOSUL, ampliadas com o esforço norte-americano para criação da ALCA³. Barlow (2001, p. 53) assinala que a proposta de criação da ALCA não expressa as questões explicitadas pela sociedade civil, pois não leva em conta democracia, sustentabilidade, diversidade e desenvolvimento.

5 A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Há dois aspectos centrais a destacar na inserção brasileira no processo de globalização: sua inserção subordinada e o aumento da vulnerabilidade externa.

Os estudos de Pochmann (2001), Mattoso e outros (1991) e Dupas (2000) sobre o processo de precarização das relações trabalhistas no Brasil demonstram que essa estratégia faz parte de uma opção de inserção subordinada do país na globalização da economia e se insere em uma cultura de extrema informalização do trabalho. Nesse contexto, a eliminação de postos de trabalho, a introdução de contrato temporário na legislação trabalhista, a modernização conservadora presente na reestruturação produtiva são as evidências de que os custos da globalização econômica recaíram sobre os trabalhadores.

A opção tomada pelo país foi influenciada pelas correntes neoliberais que insistem em ligar a crise do Estado em países desenvolvidos às políticas de bem-estar social implementadas, desconhecendo que a ampliação da esfera pública e o

³ A Área de Livre Comércio das Américas, prevista para 2005, envolve 34 países da Américas. É o nome dado ao processo de expansão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) a todos os países do Hemisfério Ocidental, exceto Cuba. Seria a maior área de livre comércio do mundo (BARLOW, 2001).

fortalecimento do poder de regulação do Estado estavam ligadas ao enfrentamento dos efeitos do “mercado livre”.

Ao mesmo tempo em que é exigida uma atuação forte do Estado para a instauração da economia globalizada, dissemina-se um discurso de sua redução, de forma a desestimular sua atuação nas esferas da economia cobiçadas pela iniciativa privada. Esse discurso tem encontrado eco na sociedade.

Considerando a tradição política brasileira, há que se assinalar que a crise do Estado brasileiro não pode ser atribuída apenas aos condicionantes externos da nova ordem mundial, mas deve ser analisada integrando as causas internas e externas. A relação entre Estado - sociedade assume relevância na medida em que o caso brasileiro, no contexto latino-americano, demonstra o esgotamento de uma atuação do Estado que se confrontava com as iniciativas da sociedade civil em busca de processos de democratização.

Diniz (1997, p. 21) observa, ainda, que ao lado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico (baseado no Modelo de Substituição de importações), se impunha, no plano político, a necessidade de consolidar uma ordem democrática, impondo uma nova agenda, cujos objetivos prioritários incluíam, além da estabilização econômica e da reinserção internacional, a institucionalização da democracia. Entretanto, tal agenda não se materializou, já que a atuação do governo se afastou das prioridades sociais e optou por privilegiar a agenda econômica.

Dentro dessa opção, desencadeou-se o processo de desnacionalização da economia brasileira de forma rápida, profunda e ampla a partir de 1995, atingindo alguns segmentos produtivos: mineração, indústria de transformação, autopeças, laticínios, seguros, energia elétrica, supermercados, meios de comunicação e aviação civil. Para Gonçalves (1999, p. 192), a desregulamentação e a privatização ampliam a vulnerabilidade externa do país no processo de globalização, na medida em que o Brasil

[...] não tem uma política regulatória do Investimento Estrangeiro Direto. Reconhecendo a contribuição desse tipo de investimento, deve-se estabelecer pragmaticamente mecanismos que, por exemplo, inibam práticas comerciais restritivas, estimulem a produtividade, a transferência de tecnologia para o país e a geração de emprego, e induzam um impacto positivo sobre as contas externas do país.

Ao mesmo tempo em que se ampliou a vulnerabilidade externa, o governo brasileiro promoveu o esvaziamento das agências de desenvolvimento, através da extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência da Amazônia (SUDAM). Exatamente em um momento em que as desigualdades regionais precisam ser superadas, via políticas nacionais de desenvolvimento regional, capazes de impulsionar os polos competitivos e de estimular as regiões sem competitividade (BACELAR, 2000).

Na ausência de uma política coordenada da União, instaura-se uma guerra fiscal entre os Estados para atrair investimentos.

Pode-se dizer então que o Brasil, influenciado pelo cenário internacional, deu um grande salto em relação à globalização, sem resolver problemas históricos, de que são testemunhas a permanência de lutas por reforma Agrária e modernização das relações de trabalho, empreendidas pelo Movimento Sem Terra e pela Central Única dos Trabalhadores.

O Brasil também sofre os efeitos do protecionismo de mercado praticado pela Europa e EUA. O afastamento da sociedade do jogo político também é um elemento a ser notado no tipo de inserção brasileira. Concorde-se com Cruz (1997, p. 28) quando analisa a construção da política industrial no Brasil e considera como “[...] não natural um estado no qual os trabalhadores apareçam como um polo passivo na relação: o fato de estarem ou não envolvidos em seu debate diz bastante sobre a referida política e sobre a sociedade em que ela se plasma.”

Permanece em aberto, portanto, a necessidade de uma agenda democrática que incorpore o enfrentamento das desigualdades sociais, da fragilidade da democracia e da insustentabilidade do padrão produtivo, o que exige a quebra da inserção subordinada do Brasil na economia internacionalizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: uma outra globalização é possível?

A globalização da economia não é inexorável, nem a única alternativa, pois já foram e/ou estão sendo postos em prática vários modelos de desenvolvimento e sua materialização varia conforme as condições históricas existentes em cada sociedade.

Essa afirmação não legitima as concepções de desenvolvimento que o transformaram em sinônimo de crescimento econômico, apenas se reconhecem as

diferentes possibilidades de interpretação do conceito. Cabe referir que é preciso efetivamente romper com a ilusão do progresso embutida na idéia de desenvolvimento, que promoveu a “naturalização do homem” de forma a torná-la indissociável do progresso social.

Diante de um futuro incerto, o progresso aparece como uma forma de superar essas incertezas, e a ideia de Estado como agente de desenvolvimento de certa forma afasta a sociedade do processo.

Essa situação se agrava mais ainda no contexto do neoliberalismo que, como coloca Boron (1994), traz como questão central, no plano ideológico, a retirada da sociedade do jogo e, no plano político, ataca os direitos da classe trabalhadora.

Entretanto, a “opção posta pelo neoliberalismo entre Estado e mercado é falsa; na verdade, a opção é entre mercado e democracia.” (BORON, 1994, p. 82).

A globalização se assenta na lógica de um modelo único de desenvolvimento (teoricamente) que, na prática se realiza de forma diferenciada em cada país, privilegiando setores econômicos ou potenciais regionais. Sua aparente lógica de expansão tem-se materializado na regionalização da economia. Entretanto, também a regionalização se configura de forma diferenciada. Se, na Europa, a unificação das economias nacionais via União Européia leva ao fortalecimento, no caso das Américas, a criação da ALCA tende a privilegiar os interesses norte-americanos e submeter econômica e politicamente os países latino-americanos.

Nesse sentido, além das variáveis internas de cada país, deve ser levada em conta a relação entre as nações, a política externa e interna, a divisão internacional do trabalho e as práticas protecionistas, para se perceber até que ponto qualquer estratégia de desenvolvimento rompe os limites dos Estados ou das empresas e, de fato, atinge a humanidade. Cabe considerar, assim, que

o fatalismo das leis econômicas mascara em realidade uma política, ainda que paradoxal, já que se trata de uma política de despolitização. Esta política aspira a outorgar um domínio fatal às forças econômicas ao liberá-las de todo controle; tem como meta obter a submissão dos governos e dos cidadãos às forças econômicas e sociais ‘liberadas’ desta forma. Tudo que nomeia com a palavra descritiva e normativa de ‘mundialização’ é o efeito não de uma fatalidade, sim de uma política, consciente e deliberada, porém muitas vezes sem ter consciência de suas consequências. (BOURDIEU, 2002, p. 1, tradução nossa).

O movimento da globalização, integrando setores/regiões e excluindo outros, exige cada vez mais a adoção de modelos de desenvolvimento integrados

que respeitem a humanidade e a natureza. A busca de alternativas passa pela recuperação da dimensão política.

Assumindo que o atual movimento de globalização é fruto de uma escolha, permanece aberto o desafio à sociedade, à invenção. Nesse sentido, vê-se com otimismo o movimento “por uma outra globalização”, enquanto antítese e busca da globalização de direitos.

Esse movimento se assemelha ao tipo de organização que Bourdieu (2002, p. 3), considera necessário no enfrentamento dos efeitos da globalização desenfreada:

A organização de tipo completamente novo que se trata de criar deve ser capaz de superar a fragmentação por objetivos e por nações, assim como a divisão em movimentos e sindicatos, escapando aos riscos de monopolização que obcecaram o conjunto dos movimentos sociais, sindicais e outros, e ao imobilismo criado pelo medo quase neurótico do risco.

E também se expressa através do Fórum Social Mundial e em movimentos sociais que se organizam para protestar contra a atual forma de globalização excludente.

O Movimento dos não globais, segundo Evangelista (2001, p.14), agrupa muitas organizações do mundo por três pilares:

- a) objetivos em comum - cancelamento das dívidas dos países pobres, proteção ao meio ambiente, modificação das regras do comércio internacional, com a limitação do “poder do capital global”, e denúncia contra o superpoder das multinacionais;
- b) inimigos em comum: instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC);
- c) Internet: o movimento tem um meio de comunicação “global” que oferece instrumentos de luta, debate e formação.

O movimento opera com duas estratégias-chaves:

- a) organização de passeatas e manifestações durante as reuniões do G-8 e da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- b) realização do Fórum Social Mundial, que ocorre paralelamente às reuniões do Fórum Econômico Mundial. Nesse fórum, são propostas alternativas para uma outra globalização: “[...] a globalização do conhecimento, da informação, da arte, da cultura.” (EVANGELISTA, 2001, p.1 5).

A resistência à globalização excludente passa pela recusa à demissão da democracia e pelo resgate da política. Como bem expressou Bomfim (1993): 'os conservadores [...] querem encerrar a vida em fórmulas que dispensem de viver.' E o resgate do direito à vida passa pelo reconhecimento de que a humanidade tem o direito de escolha, de aderir a projetos que valorizem o ser humano em sua dimensão integral.

GLOBAUZATION:

a development model for emancipation and
the sovereignty?

ABSTRACT

The main characteristics of the process of globalization of the economy and its repercussions in the cultural plan and politician are analyzed, with emphasis in the sovereignty of the State and the citizens. The subordinated insertion of Brazil in the globalization and the necessity of construction of alternatives are distinguished. One concludes that the globalization is a choice process, that if delineates and defines in the plan of the politics.

Keywords: Globalization. State - nation. Movements anti - globalization.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARAÚJO, T. B. de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. A reforma do Estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In:

DINIZ, E.; AZEVEDO, S. de (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997. p. 55-80.

BACELAR, T. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:

heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

BARLOW, M. A ALCA e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas. In:

SADER, E. (Org.). ALCA: integração soberana ou subordinada?

São Paulo: Expressão Popular, 2001. pt. 1, p. 11-54.

BEAUD, M. Histoire du capitalisme: de 1500 a nous jours. Paris: Points/Economie, 1984.

BIELCHOWSKY, R.. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. Brasília, DF, 1998. (Mimeografado).

BOMFIM, M. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONET, H. Les institutions du développement. Paris: PUF, 1972.

BOURDIEU, R. Contra la política de despolitización: los objetivos del movimiento social europeo. La Insignia, México, 25 enero 2002.

Disponível em: <http://lainsignia.org/2002/enero/cul_063.htm>..

Acesso em: 25 jan. 2002.

BORON, A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. 2. ed. Recife:

IICA, 1999.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 13 jun 1990. ,

CASTELLS, M. Fim de milênio. São Paulo: Paz e Terra 2000.

_____. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra 2000.

CHESNAIS, F. et al. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

CRUZ, 5. C. V. Estado e economia em tempo de crise. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90.

In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. de (Org.). Reforma do estado e democracia no Brasil. Brasília, DF: Editora da UNB, 1997.

DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DUPAS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EVANGELISTA, E O recado da juventude: Gênova 2001. Caros Amigos, São Paulo, n. 57, p. 14-16, ago. 2001.

FURTADO, C. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GUIMARAES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G. et ai. (Org.). O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. cap. 1, p. 43-71.

GONÇALVES, R. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra,

HOBSBAWM, E. A era dos extremos. 2. ed. São Paulo:

Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, F. A cultura do dinheiro. Petrópolis: Vozes, 2001.

LECHNER, N. Los patios interiores da democracia. Santiago: Fondo de Cultura Economica, 1990.

LIPIETZ, A. Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MATTOSO, J. et al. Mundo do trabalho. Teoria e Debate, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, v. 15, n. 50, p. 32-37, set. 1991.

MELLO, F. V. AALCA e a renúncia ao desenvolvimento. In: SADER, E. (Org.). ALCA: integração soberana ou subordinada? São Paulo: Expressão Popular, 2001. pt. 1, p. 151-163.

MISHRA, R. O estado providência na sociedade capitalista. Qeiras: Celta Ed., 1995.

OFFE, C. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OHMAE, K. O fim do estado-nação: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

POCHMANN, M. Globalização e desemprego. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRATS, J. La construcción histórica de la Idea de desarrollo. Catalunya, Instituto Internacional de governabilidade. Paper 34. Disponível em: <<http://www.iigov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2001.

PRZEWORSKI, A. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1989.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THURLOW, L. C. O futuro do capitalismo: como as forças

econômicas moldam o mundo de amanhã. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TILLY, C. Coerção, capital e estados europeus. São Paulo: EDUSP, 1996.

TOURAINE, A. Les soietés dependants. Paris: Éditions J. Duculot, 1976.

VELLOSO, J. R dos A. (Org.). Mercosul e Nafta: o Brasil e a

-

integração hemisferica. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995.